

# Estudo Técnico Preliminar 11/2023

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 08389.002951/2023-12

## 2. Descrição da necessidade

2.1. Contratação de serviços de vigilância patrimonial armada para a Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu, incluindo suas unidades descentralizadas em Foz do Iguaçu, Cascavel e Guaíra - PR, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra

2.2. Atualmente é mantido pela Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu o Contrato nº. 11/2022, relacionado ao processo 08389.001400/2021-70, firmado com a empresa EQUIP SEG INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA LTDA, cujo objeto é a prestação de serviços de vigilância patrimonial armada para a Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu, incluindo suas unidades descentralizadas em Foz do Iguaçu, Cascavel e Guaíra - PR, com prazo de vigência de 29/08/2022 a 29/08/2023.

2.3. Conforme consignado no Despacho SELOG/DPF/FIG/PR (28662403), foi autorizado pelo Ordenador de Despesas a abertura de processo administrativo objetivando a contratação em tela em razão de possível rescisão do atual contrato por infrações cometidas pela empresa EQUIP SEG INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA LTDA.

2.4. O serviço contínuo de vigilância visa garantir a segurança das instalações físicas, bens móveis e imóveis da DPF/FIG/PR e Unidades sob sua responsabilidade financeira, considerando as necessidades prementes da instituição.

2.5. A contratação também objetiva manter os ambientes com vigilância profissional, liberando os servidores policiais para atividades de maior complexidade, proporcionando ao público interno e externo condições mínimas de segurança quanto ao patrimônio, além da manutenção e conservação da integridade física de pessoas e dos bens públicos, em caráter permanente. A preservação desse patrimônio é uma preocupação constante, não se admitindo, ainda que em caráter eventual, submetê-lo a risco por falta de serviços de vigilância.

2.6. A atividade pretendida não constitui terceirização irregular conforme disposições do Decreto 9.507/2018, Portaria nº 443/2018 - MPDG e Instrução Normativa nº 5/2017 - SEGES/MPDG, também, não incorre nas vedações à terceirização previstas nos citados normativos, bem como a atividade em questão não consta dentre o rol de atribuições de nenhuma categoria funcional do órgão licitante.

2.7. Considerando que o serviço de vigilância patrimonial armada tem natureza continuada e sua interrupção poderá acarretar prejuízos ao desempenho das atividades do órgão, faz-se necessário um novo processo de licitação para a contratação dos serviços pretendidos.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Administração e Logística da Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu (SELOG/DPF/FIG/PR), objetivando atender as necessidades desta DPF/FIG/PR e suas descentralizadas (DPF/GRA/PR e DPF/CAC/PR)	Marcelo Goetten

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Nos termos do § 2º, Art. 7º da Instrução Normativa 05/2017-SEGES a função a ser contratada para a prestação dos serviços observará a nomenclatura estabelecida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho: 5173-30 – VIGILANTE.

4.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, admitindo-se, entretanto, pela Administração, em relação à pessoa encarregada da função, a notificação direta para a execução das tarefas, nos termos do Art. 8º da IN 05/2017-SEGES.

4.3. Os serviços são considerados comuns, tendo padrões de desempenho e qualidade que podem ser definidos de forma objetiva no edital da licitação, por meio de especificações usuais no mercado. Os serviços são usualmente contratados nos diversos órgãos da Administração Pública.

4.4. Os serviços ora demandados devem ser prestados de forma contínua, vez que pela sua essencialidade visam atender à necessidade pública de forma permanente, por mais de um exercício financeiro, assegurando e suportando o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação de um serviço público e o cumprimento da missão institucional.

4.5. No caso da prestação de serviços de vigilância, a contratação de pessoa jurídica que envolve fornecimento de mão de obra terceirizada, com dedicação exclusiva, deve atender os requisitos descritos na Lei nº 7.102/83, tanto para que as empresas especializadas possam operar, como para o exercício da profissão.

4.6. De acordo com o art. 14 da Lei nº 7.102/83, as condições essenciais para que as empresas operem são os seguintes:

4.6.1. Autorização de funcionamento concedida conforme o art. 20 da Lei nº 7.102/83:

*"Art. 20. Cabe ao Ministério da Justiça, por intermédio do seu órgão competente ou mediante convênio com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados e Distrito Federal:*

*I - conceder autorização para o funcionamento:*

- a) das empresas especializadas em serviços de vigilância;*
- b) das empresas especializadas em transporte de valores; e*
- c) dos cursos de formação de vigilantes;"*

4.6.1.1. Comunicação à Secretaria de Segurança Pública do respectivo Estado;

4.6.2. Além das condições acima, há outros trechos do ordenamento jurídico supracitado que impõem barreiras à operação dessas empresas:

4.6.2.1. os diretores e demais empregados das empresas de vigilância não poderão ter antecedentes criminais registrados (art. 12 da Lei nº 7.102/83);

4.6.2.2. o capital integralizado da empresa de vigilância não pode ser inferior a cem mil Ufirs (art. 13 da Lei nº 7.102/83);

4.6.2.3. são vedadas a estrangeiros a propriedade e a administração das empresas especializadas em vigilância (art. 11 da Lei nº 7.102/83), entre outras.

4.6.3. Para o exercício da profissão, nos termos do art. 16 da Lei nº 7.102/83, a empresa a ser contratada deverá disponibilizar profissionais que preencham os seguintes requisitos:

4.6.3.1. ser brasileiro;

4.6.3.2. ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;

4.6.3.3. ter instrução correspondente à quarta série do primeiro grau;

4.6.3.4. ter sido aprovado em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos da lei em questão;

4.6.3.5. ter sido aprovado em exame psicotécnico e de saúde física e, mental;

4.6.3.6. não ter antecedentes criminais registrados; e

4.6.3.7. estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

4.6.4. Ainda, conforme art. 150 da Portaria DG/PF nº. 18.045, de 17 de abril de 2023, para o exercício da profissão, o vigilante deverá — comprovando documentalmente — preencher os seguintes requisitos:

4.6.4.1. ter idoneidade comprovada mediante a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais sem registros de indiciamento em inquérito policial; sem registros de estar sendo processado criminalmente; ou sem registros de ter sido condenado em processo criminal (no local onde reside, bem como no local em que foi realizado o curso de formação, de reciclagem ou de extensão):

- a) da Justiça Federal;
- b) da Justiça Estadual ou do Distrito Federal;
- c) da Justiça Militar Federal;
- d) da Justiça Eleitoral; e
- e) da Justiça Militar Estadual ou do Distrito Federal;

4.6.4.2. estar quite com as obrigações eleitorais e militares; e

4.6.4.3. possuir CPF.

4.7. A Contratada deverá alocar profissional habilitado em curso de formação de vigilante e com registro profissional na Polícia Federal que deverá ser capaz de realizar as atividades abaixo relacionadas, além de outras não elencadas neste item, mas que façam parte das atribuições legais da categoria, sem prejuízo de outras determinações normativas, com as seguintes qualificações e conhecimentos:

4.7.1. Curso de Formação de Vigilante;

4.7.2. A empresa terá até 3 meses após a contratação para capacitar os vigilantes nesse curso de extensão. O prazo pode ser estendido uma vez por igual período, desde de que seja fundamentado e justificado à contratante antes do encerramento do prazo;

4.7.3. Registro Profissional no Departamento de Polícia Federal;

4.7.4. Reciclagem de formação profissional, consoante normatizações do Departamento de Polícia Federal;

4.7.5. Conhecimentos básicos de informática;

4.7.6. Capacidade de trabalhar em equipe;

4.7.7. Boa comunicação;

4.7.8. Aptidão física e mental.

4.8. Inicialmente, não foram identificados critérios de sustentabilidade específicos aplicados ao objeto licitado, considerando especialmente o disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, entretanto, a contratada deverá orientar os funcionários alocados para prestação dos serviços quanto à necessidade de seguir as políticas de sustentabilidade ambiental adotadas pelo órgão, observando as diretrizes da Unidade Administrativa para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e de produção de resíduos sólidos, bem como observar a adequada separação dos resíduos que serão descartados pela Administração.

4.9. Ainda, deverão ser utilizados os modelos disponibilizados pela AGU, que conforme consta no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, já consideram os critérios de sustentabilidade aplicáveis aos serviços enquanto obrigações da Contratada.

4.10. Para que o objeto da contratação seja desenvolvido corretamente, é necessário o atendimento dos requisitos mínimos acima descritos, buscando assim no mercado uma empresa em condições de executar os serviços, a qual detenha profissionais devidamente capacitados. Importante informar que tal procedimento licitatório compreende além da mão-de-obra, o fornecimento de uniformes, insumos e de equipamentos adequados à execução dos trabalhos a serem executados nas Delegacias de Polícia Federal em Foz do Iguaçu, Cascavel e Guaíra.

4.11. As Delegacias de Polícia Federal em Foz do Iguaçu, Cascavel e Guaíra possuem laudo de periculosidade emitido por autoridade competente, incidindo, portanto, o custo com adicional de periculosidade de 30% sobre o salário base dos funcionários alocados.

4.12. Nesta contratação os candidatos serão submetidos à investigação social de vida pregressa e eventual entrevista, antes do início da vigência do contrato, dadas as características do órgão, sendo imprescindível à segurança de pessoas, bens, informações e instalações, devendo a Contratada atender ao requisitado pela Administração.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. De acordo com art. 9º, III, a e b, da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022, o levantamento de mercado consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, bem como realização de consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas para coleta de contribuições.

5.2. Da análise do mercado de prestação de serviços de vigilância armada e desarmada, verifica-se que se trata de uma atividade bastante consolidada e legalmente normatizada, com inúmeros fornecedores atuantes, habilitados e em plenas condições de licitar e contratar com o serviço público, não havendo necessidade de realização de consulta, audiência pública ou diálogo com fornecedores para coleta de contribuições.

5.3. A contratação do serviço de vigilância patrimonial é o tipo de solução de segurança mais difundido no âmbito da Administração Pública Federal, sendo orientada e normatizada por meio da Instrução Normativa nº 5 SEGES/MP, de 25/05/2017 e Cadernos Técnicos específicos de Vigilância Patrimonial, onde constam detalhados os requisitos cuja observância por parte dos Órgãos da Administração Pública Federal é obrigatória, e portanto não havendo nenhum óbice ou dificuldade para a contratação ora pleiteada.

5.4. De acordo com a Portaria nº 21.262-ME, de 23 de setembro de 2020, para os serviços de vigilância, executados de forma contínua ou não, em edifícios públicos, os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais deverão observar as seguintes escalas:

5.4.1. I - Posto de Vigilância: 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 (um) vigilante;

5.4.2. II - Posto de Vigilância: 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas; e

5.4.3. III - Posto de Vigilância: 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.

5.5. O modelo escolhido adota a unidade de medida de postos de trabalho com escalas específicas, em conformidade ao parágrafo 2º do Anexo VI da Instrução Normativa nº 5 SEGES/MP, de 25/05/2017.

5.6. Com relação à essência da demanda apresentada, qual seja, proporcionar segurança ao patrimônio da Instituição e às pessoas envolvidas em suas atividades, e após a devida análise circunstancial, verifica-se que a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de vigilância armada, com dedicação exclusiva de mão de obra, ainda é a melhor solução encontrada para atendimento das necessidades da DPF/FIG/PR e de suas descentralizadas.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. A execução dos serviços envolve mão-de-obra capacitada e qualificada, conforme legislação vigente.

6.2. Os serviços de vigilância compreendem a execução de atividades de segurança e prevenção. Desta forma, diversas são as atividades pertinentes, contudo destaca-se a realização de rondas, serviços de vistoria na portaria, prontidão na portaria evitando invasões, portar armas para coibir revide armado, verificação de condições de segurança conforme orientação da Polícia Federal, dentre outras.

6.3. Os serviços de vigilância serão realizados com base em postos previamente estabelecidos pela Administração os quais, a critério desta, poderão ser remanejados, trocados, modificados ou substituídos no todo ou em parte, nos estritos limites estabelecidos pela norma em vigor.

**6.4. Em razão da necessidade e característica da presente contratação, os serviços deverão ser prestados de forma ININTERRUPTA, portanto, a contratada deverá prever e prover profissionais para a realização do rodízio de postos, cobertura da intrajornada, férias, faltas e quaisquer outros afastamentos que o vigilante necessite durante o seu turno de trabalho, cotando, inclusive, tais custos em sua planilha de formação de preços.**

6.5. Os serviços de vigilância a serem contratados compreendem, sem prejuízo de outras responsabilidades previstas em norma específica, os seguintes:

- 6.5.1. Prestar segurança e cobertura ostensiva armada (diurna e noturna) de toda a área do imóvel ocupado pela Contratante, de forma preventiva ou repressiva;
- 6.5.2. Proteger o patrimônio, bens móveis e imóveis, e zelar pela integridade física dos servidores e usuários da Administração contra ação de terceiros;
- 6.5.3. Adotar, em caso de ameaças internas e externas, as orientações repassadas pela Contratante, a fim de manter a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio;
- 6.5.4. Controlar o acesso de pessoas às dependências da Contratante, verificando, quando for o caso, a utilização de identificação fornecida por esse;
- 6.5.5. Executar o registro e o controle de entrada e saída de pessoas, materiais e equipamentos do imóvel da Contratante, por meio eletrônico ou físico;
- 6.5.6. Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões fechados;
- 6.5.7. Permitir o ingresso, nas dependências internas, somente a servidores e prestadores de serviços devidamente autorizados e identificados.
- 6.5.8. Possuir qualidade de interação com o público, urbanidade, sociabilidade e transmissão de confiança, priorizando o atendimento adequado às pessoas com deficiência;
- 6.5.9. Manter-se atento, ocupando permanentemente o local designado para o exercício das próprias funções, não se afastando para atender chamados ou cumprir tarefas estranhas às próprias atribuições;
- 6.5.10. Manter-se atento aos visitantes e, havendo alguma suspeita, abordá-los de forma educada visando a conhecer sua intenção;
- 6.5.11. Comunicar imediatamente à Contratante, bem como ao responsável pelo Posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- 6.5.12. Comunicar imediatamente à Contratante, todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco à segurança orgânica da Contratante;
- 6.5.13. Comunicar imediatamente à Contratante a existência de aglomeração, a permanência de pessoas suspeitas nas imediações dos Edifícios, ações de depredação e/ou possibilidade de invasão dos prédios;
- 6.5.14. Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao Posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações; sem que esta esteja devida e previamente autorizada pela Administração ou responsável pela instalação;
- 6.5.15. Impedir o acesso de pessoas alheias às atividades da Contratante que possam causar transtornos ao regular funcionamento da Instituição;
- 6.5.16. Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do prédio da Polícia Federal, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Contratante, bem como as que entender oportunas;
- 6.5.17. Proibir a utilização do Posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;
- 6.5.18. Registrar, de forma detalhada, em meio eletrônico ou físico, todas as ocorrências do dia;
- 6.5.19. Auxiliar quando da execução dos planos de emergência da Contratante;

6.5.20. Repassar ao vigilante que está assumindo o Posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;

6.5.21. Conhecer todas as atribuições do Posto, para o correto desenvolvimento do serviço;

6.5.22. Operar equipamentos de comunicação e de vigilância eletroeletrônicos, tais como alarmes, intercomunicadores, CFTV, alarmes de combate a incêndio e outros equipamentos e sistemas de segurança confiados à sua responsabilidade;

6.5.23. Executar rondas periódicas, conforme orientações repassadas pela Contratante, verificando as instalações, adotando os cuidados e providências necessárias para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;

6.5.24. Manter o Posto de trabalho em perfeitas condições de limpeza e higiene;

6.5.25. Assumir o Posto de trabalho devidamente uniformizado e com os equipamentos de proteção específicos ao desempenho do serviço;

6.5.26. Respeitar as proibições de acesso aos locais restritos, salvo em casos de real emergência ou orientação da Contratante;

6.5.27. Adotar providências de auxílio aos agentes de segurança pública, como a preservação de vestígios e provas de crime e isolamento do local;

6.5.28. Manter sigilo das informações da área de segurança obtidas em razão do cargo ocupado;

6.5.29. Manter afixado no Posto, em local visível, os números de telefones da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse e indicados para o melhor desempenho das atividades;

6.5.30. Verificar, nos locais a que tem acesso, se os aparelhos elétricos estão desligados, salvo aqueles para os quais haja instruções em contrário;

6.5.31. Verificar se as áreas pré-determinadas pela Contratante estão iluminadas, e se as demais luzes estão apagadas, registrando nos Livros de Ocorrência os locais onde porventura forem deixadas luzes acesas;

6.5.32. Efetuar vistoria quando da troca de turnos, acompanhado do seu substituto, comunicando-lhe quaisquer irregularidades ocorridas, as quais deverão ser anotadas em Livro de Ocorrência;

6.5.33. Verificar, por ocasião de cada vistoria, a existência de objeto(s) abandonado(s) (pacotes, embrulhos, etc.) e, uma vez considerado(s) suspeito(s), adotar as providências preventivas de segurança recomendadas pela norma estabelecida para a espécie.

6.6. A Contratada deverá registrar e controlar, diariamente, juntamente com a Administração, a frequência e a pontualidade de seus funcionários, bem como as ocorrências do Posto em que estiver prestando seus serviços.

6.7. Os equipamentos, materiais e uniformes relacionados abaixo deverão ser fornecidos pela Contratada:

**6.7.1. Equipamento / armamento:**

Item	Especificação	Unidade	DPF /FIG /PR	DPF /GRA /PR	DPF /CAC /PR	Total	Frequência
1	Apito com cordão individualizado.	Por Vigilante	12	16	6	34	Anual
2	Tonfa, sem emendas/encaixes, em polímero de alta resistência, com empunhadura anatômica, com suporte para cinto e/ou porta tonfa.	Por Posto	3	4	3	10	Quinquenal
3	Lanterna tática de led no mínimo 5.000W (recarregável, com carregador de bateria bivolt).	Por Posto	3	4	3	10	Anual

4	Rádio comunicador portátil (recarregável com carregador de bateria bivolt, alcance mínimo de 30km, à prova d'água). Salienta-se que cada unidade de rádio deve contar com 02 (duas) baterias, sendo 01 sobressalente.	Por Posto	3	4	3	10	Quinquenal
5	Painel de proteção balística, nível II-A, com capa própria (contendo porta-munições), ambas adequadas ao biotipo dos vigilantes.	Por Vigilante	12	16	6	34	Conforme o prazo de validade constante da placa balística.
6	Revólver calibre .38 SPL, de 6 tiros com, pelo menos, duas e no máximo três cargas de munições .38 SPL, do tipo BONDED EXPO +P+ 124 Gr ou similar, para cada arma que possuírem.	Por Posto	3	4	3	10	Decenal
7	Carregador tipo "speed loader" ou "jet loader"	Por Posto	3	4	3	10	Quinquenal

## 6.7.2. Material de consumo:

Item	Especificação	Unidade	DPF/FIG/PR	DPF/GRA/PR	DPF/CAC/PR	Total	Frequência
1	Munição nova e de primeiro uso (6 unidades x 2 cargas x 3 postos).	Por Posto	36	48	36	120	Conforme prazo de validade estipulado pelo fabricante, atentando-se para o estado de conservação.
2	Livro de ocorrências.	Por Posto	3	3	3	9	Semestral
3	Materiais de expediente (papel, canetas, pranchetas, impressos, dentre outros) em quantidades suficientes para a execução dos trabalhos em cada posto.	Por Posto	3	3	3	9	Mensal ou conforme a necessidade

6.7.3. **Uniforme:** deverá compreender as seguintes peças do vestuário, devendo ser substituído na frequência detalhada abaixo ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a comunicação escrita da Contratante, sempre que não atenderem às condições mínimas necessárias de apresentação:

Item	Especificação	Unidade	Q uantidade por V igilante
1	Boné com emblema da contratada.	Unidade	02
2	Calça, modelo tático com 6 bolsos (resistente, confortável e que traga mobilidade em sua utilização).	Unidade	02
3	Camisa manga curta tática.	Unidade	03

4	Camisa manga longa tática.	Unidade	03
5	Par de meias tática militar (cano longo, confortável, preta, antiodor, antibactericida).	Par	03
6	Bota tipo coturno (material couro legítimo, cor preto, antiderrapante, biqueira de borracha termoplástica, cano alto, palmilha em gel p.u., resistente, confortável, antibactericida).	Par	01
7	Capa de chuva com capuz reforçada (plástica, 100% impermeável em pvc forrada).	Unidade	01
8	Cinto tático agente montado (porta munição/carregador, porta tonfa, porta celular, porta algema, coldre de perna, resistente, cinto tático com fivela de metal).	Unidade	01
9	Crachá de identificação.	Unidade	01
10	Japona ou jaqueta de frio (resistente e confortável).	Unidade	01

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Para a definição do quantitativo de postos, foi realizada uma análise da atual contratação (Contrato nº 11/2022-DPF/FIG/PR), conforme abaixo:

Descrição detalhada	Local	Qtd. de Postos (endereço distintos)	Qtd. Vigilante por Posto (turnos alternados de 12hx36h)	Qtd. Total de Vigilantes
Posto de vigilância patrimonial armada, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, DIURNO, das <b>07h às 19h</b> , de segunda-feira a domingo, inclusive feriados - DPF/FIG/PR.	Foz do Iguaçu /PR	3	2	6
Posto de vigilância patrimonial armada, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, NOTURNO, das <b>19h às 07h</b> , de segunda-feira a domingo, inclusive feriados - DPF/FIG/PR.	Foz do Iguaçu /PR	3	2	6
Posto de vigilância patrimonial armada, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, DIURNO, das <b>07h às 19h</b> , de segunda-feira a domingo, inclusive feriados - DPF/GRA/PR.	Guaíra/PR	3	2	6
Posto de vigilância patrimonial armada, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, NOTURNO, das <b>19h às 07h</b> , de segunda-feira a domingo, inclusive feriados - DPF/GRA/PR.	Guaíra/PR	3	2	6



Posto de vigilância patrimonial armada, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, NOTURNO, das <b>19h às 07h</b> , de segunda-feira a domingo, inclusive feriados - DPF/CAC/PR.	Cascavel/PR	3	2	6
--	-------------	---	---	---

7.2. Em razão das necessidades e vulnerabilidades da estrutura das unidades da Polícia Federal e, ainda, visando garantir a segurança das pessoas e instalações físicas, foi dimensionado o quantitativo mínimo descrito a seguir:

**7.2.1. Foz do Iguaçu:** 3 (três) postos diurno e 3 (três) postos noturno visto que a prestação de serviços será realizada em 3 localidades situadas em **endereços distintos**.

**7.2.2. Guaíra:** os serviços de vigilância também serão prestados em 3 localidades distintas, no entanto, dando importância às informações prestadas nos documentos 25868153, 25875631, 28711636 e 31030216, acostados ao processo 08388.003818/2022-11, foi acrescido mais um posto para o NEPOM/DPF/GRA/PR, totalizando 4 (quatro) postos diurno e 4 (quatro) postos noturno para a segurança das instalações da Polícia Federal neste município.

**7.2.3. Cascavel:** 3 (três) postos noturno já que os serviços também serão executados em 3 localidades situadas em **endereços distintos**.

Descrição detalhada	Município	Qtd. de Postos	Qtd. Vigilante por Posto (turnos alternados de 12hx36h)	Qtd. Total de Vigilantes
Posto de vigilância patrimonial armada, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, DIURNO, das <b>07h às 19h</b> , de segunda-feira a domingo, inclusive feriados.	Foz do Iguaçu/PR	3	2	6
Posto de vigilância patrimonial armada, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, NOTURNO, das <b>19h às 07h</b> , de segunda-feira a domingo, inclusive feriados.	Foz do Iguaçu/PR	3	2	6
Posto de vigilância patrimonial armada, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, DIURNO, das <b>07h às 19h</b> , de segunda-feira a domingo, inclusive feriados.	Guaíra/PR	4	2	8
Posto de vigilância patrimonial armada, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, NOTURNO, das <b>19h às 07h</b> , de segunda-feira a domingo, inclusive feriados.	Guaíra/PR	4	2	8
Posto de vigilância patrimonial armada, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, NOTURNO, das <b>19h às 07h</b> , de segunda-feira a domingo, inclusive feriados.	Cascavel/PR	3	2	6

7.3. Tendo em vista o caráter sigiloso das informações que, uma vez divulgadas, causariam graves prejuízos ao Sistema de Segurança da DPF/FIG/PR e suas descentralizadas, o detalhamento dos postos, que justificam o seu quantitativo total acima, com as atividades específicas e localização, serão divulgados, exclusivamente, à empresa vencedora do certame.

## 7.4. Local dos postos de trabalho:

Município	Local do Posto de Trabalho
Foz do Iguaçu/PR	Sede da Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu - DPF/FIG/PR (1 posto diurno e 1 posto noturno)
	Pátio de Veículos da DPF/FIG/PR (1 posto diurno e 1 posto noturno)
	Núcleo Especial de Polícia Marítima (Base Estaleiro) - NEPOM/DPF/FIG/PR (1 posto diurno e 1 posto noturno)
Guaíra/PR	Sede da Delegacia de Polícia Federal em Guaíra - DPF/GRA/PR (1 posto diurno e 1 posto noturno)
	Pátio de veículos da DPF/GRA/PR (1 posto diurno e 1 posto noturno)
	Núcleo Especial de Polícia Marítima - NEPOM/DPF/GRA/PR (2 postos diurno e 2 postos noturno)
Cascavel/PR	Sede da Delegacia de Polícia Federal em Cascavel - DPF/CAC/PR (1 posto noturno)
	Subunidade da DPF/CAC/PR (1 posto noturno)
	Pátio de Veículos da DPF/CAC/PR (1 posto noturno)

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 6.657.795,92

8.1. A licitação será realizada em item único, com o quantitativo total de postos previstos para os três municípios, conforme tabela abaixo.

8.2. O licitante classificado em primeiro lugar e convocado pelo pregoeiro, deverá apresentar a **planilha de custos por município** (Foz do Iguaçu, Guaíra e Cascavel) **e por turno** (diurno e noturno), tendo em vista a diferença nos valores de vale transporte, INSS e incidência de adicional noturno.

Item	Especificação	CATSER	Município	Unidade de Medida	Quant. Postos	Valor Total Mensal Estimado	Valor Total Estimado (24 meses)
1	Posto de vigilância patrimonial armada, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas. CBO 5173-30 – VIGILANTE	24015	Foz do Iguaçu Guaíra Cascavel	Posto de Serviço	17	R\$ 277.408,16	<b>R\$ 6.657.795,92</b>

8.3. Nos termos do art. 9º da IN SEGES nº. 65/2021 e do anexo V, item 2.9 da IN 05/2017-MPDG, a estimativa de preços da presente contratação decorre do preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, conforme valores indicados abaixo:

Descrição	Local de Execução	Quant. Postos	Valor Unit. Mensal (por posto)	Valor Total Mensal Estimado	Valor Total Estimado (24 meses)
Posto de vigilância patrimonial armada, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, DIURNO, das <b>07h às 19h</b> , de segunda-feira a domingo, inclusive feriados.	Foz do Iguaçu /PR	3	R\$ 15.441,37	R\$ 46.324,10	R\$ 1.111.778,36
Posto de vigilância patrimonial armada, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, NOTURNO, das <b>19h às 07h</b> , de segunda-feira a domingo, inclusive feriados.	Foz do Iguaçu /PR	3	R\$ 16.884,15	R\$ 50.652,46	R\$ 1.215.659,07
Posto de vigilância patrimonial armada, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, DIURNO, das <b>07h às 19h</b> , de segunda-feira a domingo, inclusive feriados.	Guaíra/PR	4	R\$ 15.431,69	R\$ 61.726,75	R\$ 1.481.442,06
Posto de vigilância patrimonial armada, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, NOTURNO, das <b>19h às 07h</b> , de segunda-feira a domingo, inclusive feriados.	Guaíra/PR	4	R\$ 16.874,48	R\$ 67.497,90	R\$ 1.619.949,66
Posto de vigilância patrimonial armada, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, NOTURNO, das <b>19h às 07h</b> , de segunda-feira a domingo, inclusive feriados.	Cascavel/PR	3	R\$ 17.068,98	R\$ 51.206,95	R\$ 1.228.966,77
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 277.408,16</b>	<b>R\$ 6.657.795,92</b>

8.3. Na planilha de custos elaborada pela Administração foram utilizados:

a) o salário normativo e benefícios extraídos da seguinte Convenção Coletiva de Trabalho:

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PR000324/2022

DATA DE REGISTRO NO MTE: 22/02/2022

NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR007224/2022

NÚMERO DO PROCESSO: 13068.101002/2022-04

DATA DO PROTOCOLO: 22/02/2022

- b) valores dos insumos foram verificados a partir de pesquisa de preços realizada no Painel de Preços e em sítios eletrônicos, tendo sido considerado a média destas, conforme o caso, tendo em vista a necessidade de valores atualizados.
- c) a vida útil e os percentuais de valor residual foram obtidos através do registro no Sistema E-LOG Patrimonial da Polícia Federal.
- d) os valores de transporte público foram verificados junto aos sites pertinentes, assim como a tributação relativa ao ISS para cada cidade de execução dos serviços.
- e) as porcentagens máxima de lucro e custos indiretos foram obtidas através do Estudo sobre a Composição dos Custos dos Valores Limites Serviços de Vigilância para o Estado do Paraná.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Pretende-se realizar a presente licitação em grupo único, pois gerará razoável ganho para a Administração, na economia de escala, uma vez que implicará num aumento de quantitativos e consequentemente numa redução do preço final contratado, sendo economicamente vantajoso para a Administração. Conforme bem define o Manual de Licitações e Contratos do TCU:

*“Sabe-se que economia de escala atrela preço à quantidade demandada. Por isso, quanto maior o quantitativo licitado, menor poderá ser o custo do produto, que tem por limite o chamado custo zero”(…);*

*10.2. O grupo de estudos de contratação e gestão de contratos de terceirização de serviços continuados na administração pública federal, formado por servidores do Tribunal de Contas da União - TCU, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, da Advocacia- Geral da União, do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Fazenda, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e do Ministério Público Federal, orienta para que não seja parcelado objeto quando tratar-se de serviços sem nenhuma complexidade, conforme transcrição abaixo:*

*O art. 23, § 1º, da Lei nº 8.666/93, fixa orientação no sentido de que “as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala”.*

*Pelo esclarecido anteriormente, as empresas que prestam serviços terceirizados, em regra, não têm especialidade no serviço propriamente, mas na administração da mão de obra. É uma realidade de mercado à qual a Administração precisa se adaptar e adequar seus contratos. É cada vez mais raro, por exemplo, firmar contratos com empresas especializadas somente em limpeza, ou em condução de veículos, ou em recepção. As contratadas prestam vários tipos de serviço, às vezes em um mesmo contrato, de forma que adquirem habilidade na gestão dos funcionários que prestam os serviços, e não na técnica de execução destes.*

*Trata-se, assim, de prática regular do mercado prestar esses serviços de forma concomitante. Desse modo, a divisão do objeto, como previsto na norma transcrita, não implicará em ampliação da competitividade e, em consequência, em ganhos econômicos, pois as mesmas empresas participarão da licitação.*

*Além do mais, quanto maior o objeto desse tipo de contrato, menores serão os custos fixos por posto de trabalho. Em princípio, portanto, é esperada uma redução dos preços ofertados, caso o objeto não seja dividido.*

*Nessa linha de raciocínio, a simples divisão desses serviços implicará apenas em aumento de despesas para a administração, seja para contratá-los, seja para geri-los.*

*Portanto, sob o ponto de vista técnico e econômico, serviços não especializados, como movimentação de móveis, almoxarifado, arquivo, protocolo, garçom, mensageiro, motorista, recepcionista, limpeza, arquivo, não devem ser divididos.*

*Porém, há que se lembrar, que os serviços técnicos, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática, devem ser divididos por área, visto que o mercado atua de forma segmentada por especialização e, desse modo, é esperada competitividade mais acirrada, com reflexos diretos nos preços ofertados e na qualidade dos serviços prestados.*

*Dessa forma, a proposta do Grupo de Estudo para a realização do parcelamento do objeto em serviços de natureza continuada, dependerá da complexidade técnica envolvida. Assim, opta-se pelo não parcelamento quando se referir a objeto sem nenhuma complexidade técnica, a exemplo de limpeza, condução de veículos, recepção, e pelo parcelamento*

*quando se tratar de serviços técnicos em que as empresas atuam de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática. Trata-se, contudo, de procedimentos que devem ser avaliados em cada caso concreto."*

9.2. A ordem instituída no dispositivo é clara no sentido de que o objeto seja parcelado a fim de melhor aproveitar os "recursos disponíveis no mercado" e de ampliar a "competitividade" do certame. Entretanto, o objeto em questão não é passível de parcelamento, pois trata-se de serviços de segurança.

9.3. Destaca-se, ainda, que as rotinas inerentes à gestão e fiscalização de contratos demandam uma série de procedimentos e que a dispersão de um mesmo tipo de serviço em diversos contratos torna-se mais trabalhoso e dispendioso para a Administração, sem resultar na obtenção de melhores resultados.

9.4. A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), quanto ao parcelamento do objeto, traz o seguinte texto:

*Subseção III*

*Dos Serviços em Geral*

*Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:*

*I – da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;*

*II – do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.*

*§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:*

*I – a responsabilidade técnica;*

*II – o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;*

*III – o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.*

9.5. A partir do texto da nova lei, verifica-se a evolução da compreensão quanto ao parcelamento do objeto, vez que a regra do parcelamento deve ser observada frente à padronização, viabilidade técnica e vantajosidade econômica.

9.6. Os custos para a Administração com vários contratos incluem: servidores para formalização de diversos contratos; garantias e eventuais execuções; administrativo para gerenciamento das contas-vinculadas, sendo uma para cada empresa contratada; fiscalização e acompanhamento de diversos contratos; custos para o pagamento, apropriação, verificação de condições de habilitação de diversas empresas.

9.7. Além disto, o agrupamento possibilita que a empresa contratada dilua os custos entre os todos os postos, resultando na possibilidade de economia em função da quantidade de postos contratados.

9.8. Destaca-se que a separação em itens não irá ampliar a competição, pois as empresas que prestam os serviços, quase em sua totalidade, o fazem em todas as localidades abrangidas na presente contratação.

9.9. Quanto à concentração de mercado, temos que a Administração, enquanto Governo Federal, cumpre esta determinação legal, pois os diversos órgãos federais que atuam na mesma localidade fazem cada um a sua licitação e contratação, evitando assim a concentração de mercado.

9.10. Pelo exposto neste item, conclui-se portanto, que uma licitação agrupada e dividida em itens por localidade, onde a licitante deverá apresentar o lance pelo valor global, mas que para aceitação da proposta deverá apresentar as planilhas de custos individualizadas por localidade atendida, para contemplar os reais custos de adicional de periculosidade, vale transporte e ISS, conforme tabela de alocação inicial dos postos elaborada pela Administração, seria uma solução mais eficiente, sem restringir indevidamente a competitividade, possibilitando redução de custos, bem como que a Administração tenha um controle mais gerencial e pró-ativo dos seus contratos.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1. Reforma da guarita da DPF/FIG/PR.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A demanda está alinhada com Resolução nº 005-CGPF/PF, de 12 de Agosto de 2021, publicada no Boletim de Serviço nº 154, de 16.08.2021, que aprovou a atualização do Plano Estratégico 2014/2022 e o Mapa Estratégico da Polícia Federal 2021/2023, assim definido:

11.1.1. A demanda encontra aderência ao Plano Estratégico da PF, no item 2. "OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E AÇÕES ESTRATÉGICAS", conforme a seguir:

11.1.1.1. No item 2.5. OBJETIVOS INSTITUCIONAIS E AÇÕES ESTRATÉGICAS do Anexo IV, destacam-se, para o caso da contratação:

a) Ação Estratégica sobre Objetivo de conferir Efetividade no Emprego dos Recursos: Conferir efetividade e modernização de técnicas voltadas à gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.

b) Ação Estratégica sobre Gestão de Obras e Infraestrutura: Otimizar o uso das instalações e modernizar a infraestrutura, bem como uniformizar, sistematizar e implementar mecanismos de gestão de obras, aprimorando, formalizando e padronizando procedimentos, técnicas e metodologias de manutenção e fiscalização.

c) Ação Estratégica sobre Padronizar a Gestão de Compras e Contratações: Padronizar e otimizar as atividades de aquisição de bens e serviços, atuando na elaboração de processos de compras em todas as suas modalidades, objetivando a racionalização das aquisições com foco na economicidade. Assim como, acompanhar e controlar sistematicamente a execução dos contratos, agindo de forma proativa e preventiva para o pleno cumprimento das cláusulas previstas no instrumento contratual, bem como analisar e verificar a necessidade de ajustes, melhorias e renovações.

d) Ação Estratégica sobre Objetivo Institucional: Consolidar a Governança e os Mecanismos de Controle: Consolidar o conjunto de práticas gerenciais voltadas ao cumprimento da missão institucional do órgão, com a finalidade de estabelecer um modelo de tomada de decisão a respeito de: planejamento estratégico, riscos e controles internos, integridade, transparência, políticas públicas e recursos de Tecnologia de Informação e Comunicações, contratações e pessoal.

e) Ação Estratégica Objetivo Institucional: Consolidar a Governança e os Mecanismos de Controle Institucional: Consolidar o conjunto de práticas gerenciais voltadas ao cumprimento da missão institucional do órgão, com a finalidade de estabelecer um modelo de tomada de decisão a respeito de: planejamento estratégico, riscos e controles internos, integridade, transparência, políticas públicas e recursos de Tecnologia de Informação e Comunicações, contratações e pessoal.

f) Ação Estratégica: Aprimorar o Ambiente de Controle Interno: Aprimorar, sistematizar e implementar mecanismos de controle interno adotados que contribuam para a consecução dos resultados planejados, considerando uma adequada segregação de funções, comunicação eficiente, procedimentos e instruções operacionais padronizados e formalizados, nos quais haja incentivo à participação dos servidores, cujos mecanismos gerais sejam percebidos por todos nos diversos níveis da estrutura organizacional.

g) Ação Estratégica: Implantar a Gestão de Riscos: Implantar e aplicar procedimentos e práticas de gestão para as atividades de identificar, de avaliar, monitorar e tratar riscos, bem como de comunicação com partes interessadas em assuntos relacionados à riscos.

h) Ação Estratégica: Adotar Boas Práticas na Comunicação Interna e Externa: Adotar boas práticas visando à sistematização e incremento de canais de relacionamento no sentido de divulgar as ações da Polícia Federal, em âmbito interno e externo, de modo a engajar os servidores e a sociedade nos propósitos institucionais e apoio à Instituição.

i) Ação Estratégica: Promover Accountability, Integridade e a Transparência da Gestão: Promover mecanismos de gestão de integridade e transparência ativa ou passiva, englobando atividades institucionais voltadas à prevenção, detecção e punição de desvios éticos, fraudes e atos de corrupção, bem como a promover o direito constitucional dos cidadãos de acessar informações públicas de interesse particular ou coletivo, produzidas ou acumuladas pela Polícia Federal.

11.2. Sendo assim, a contratação dos serviços de vigilância armada nas dependências da DPF/FIG/PR e de suas descentralizadas, possui amparo no planejamento estratégico do órgão.

11.3. Tendo em vista que o serviço de vigilância armada tem natureza continuada e que o Contrato nº. 11/2022 tem prazo de vigência inicial de 29/08/2022 a 29/08/2023, com possibilidade de prorrogação por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, a demanda não foi incluída no Plano de Contratações Anual da DPF/FIG/PR para o ano de 2023. A inclusão extemporânea da demanda no PCA 2023 foi requerida através do processo 08389.003152/2023-63.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1. Os serviços de vigilância são amplamente conhecidos no âmbito do serviço público.

12.2. Basicamente o serviço presta segurança diurna e noturna, atua de modo a evitar imprevistos de segurança.

12.3. Neste contexto destacamos os resultados pretendidos conforme abaixo:

12.3.1. Evitar invasões nos perímetros da Polícia Federal nos períodos diurnos e noturnos;

12.3.2. Ter colaboradores nas portarias de modo a permitir a entrada somente de pessoas autorizadas;

12.3.3. Evitar que visitantes tenham acesso indevido;

12.3.4. Ter segurança patrimonial e pessoal;

12.3.5. Evitar gastos excessivos com o aumento do efetivo na vigilância;

12.3.6. Atender aos critérios de sustentabilidade ambiental;

12.3.7. Evitar perdas patrimoniais com roubos ou vandalismo;

12.3.8. Com a seleção de uma empresa pretende-se reduzir a aplicação de sanções, induzido por fiscalização contratual atuante.

## **13. Providências a serem Adotadas**

13.1. Trâmites relativos à rescisão do atual contrato, bem como relativos à transição do serviço para a nova contratada.

13.2. Elaboração do Mapa de Riscos e Termo de Referência, com base nos parâmetros estabelecidos neste Estudo Preliminar.

13.3. Realizar a licitação seguindo os normativos pertinentes à matéria;

13.4. Formalizar a contratação, após a escolha do prestador de serviços;

13.5. Designar os gestores e fiscais do contrato;

13.6. Fiscalizar a execução contratual.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

14.1. A vigilância patrimonial é uma atividade meio da Administração, um serviço contínuo exercido por empresa especializada, devidamente autorizada, o qual busca garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio local. Assim, algumas práticas sustentáveis devem ser incluídas na contratação desses serviços.

14.2. Como se trata serviços, em sua maioria, envolvendo atividades internas de menor complexidade, a mão-de-obra contratada deverá seguir as políticas de sustentabilidade ambiental adotadas pelo órgão. Assim, cabe aos vigilantes seguirem as diretrizes que são de adoção obrigatória para os servidores efetivos da unidade administrativa na redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, na separação dos resíduos recicláveis que serão descartados pela Administração e destinados às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN/MARE nº6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº5.940, de 25 de outubro de 2006.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Com base no presente Estudo Técnico Preliminar, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, a Equipe de Planejamento considera que a contratação em pauta é viável, vantajosa economicamente, além de ser essencial para a manutenção dos serviços de vigilância patrimonial na Polícia Federal, não podendo ser substituída por qualquer outra contratação.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LIVIA MARIA BIZZOTTO CORREA**

APF